



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

PROJETO DE LEI Nº 2374/2025

**Dispõe sobre a concessão e correção de auxílio-alimentação no âmbito do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.**

**A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS/RN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo regimento interno e a Lei Orgânica do Município e demais legislações aplicáveis, faz propor projeto de lei:

**Art. 1º** – Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a conceder ao seu quadro de servidores efetivos, em comissão e parlamentares, auxílio-alimentação, de caráter indenizatório, nos termos descritos no parágrafo único deste artigo.

**Parágrafo único** – Conceder-se-á o auxílio-alimentação na forma de pecúnia, a ser implementado em contracheque, sendo no valor observada a existência de dotação orçamentaria própria e recursos a ela alocados, corresponderá ao percentual de 20% (Vinte Porcento) do valor bruto da remuneração (vencimento e representação) e/ou subsídio correspondente. Ficando resguardado o valor mínimo mensal de R\$ 785,78 (setecentos e Oitenta e Cinco reais e Setenta e Oito Centavos).

**Art. 2º** – Aqueles especificados no art. 1º deverão encaminhar requerimento para percepção do auxílio-alimentação, por meio de formulário próprio constante do Anexo I, que será apreciado pelo Presidente da Câmara Municipal, que decidirá sobre a concessão ou não, após análise realizada pela Secretaria Geral.

**Parágrafo único** – O beneficiário do auxílio-alimentação poderá solicitar seu cancelamento por meio de requerimento.

**Art. 3º** – O presente auxílio-alimentação trata-se de verba indenizatória, não se incorporando à remuneração, nem aos proventos de aposentadoria, e não será computado para efeito de cálculo de quaisquer vantagens funcionais, não se configurando rendimento tributável ou integrante do salário de contribuição previdenciária.

**Art. 4º** – O auxílio-alimentação de que trata esta Lei não se aplica:

- I – Aos que estiverem em gozo de licença não remunerada;
- II – Aos que faltarem ao trabalho sem justificativa, devendo o desconto recair proporcionalmente aos dias faltosos;



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

III – Àqueles que forem punidos administrativamente, em caso de suspensão ou outra penalidade que impeça o exercício do trabalho.

IV – Aos servidores inativos ou pensionistas desta Casa Legislativa;

V – Àqueles que estiverem cedidos.

**Art. 5º** – O valor do auxílio-alimentação será reajustado anualmente, a partir de 2026, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), na mesma data em que ocorrer a revisão geral anual dos vencimentos e salários da Câmara Municipal, ou por outro índice correlato.

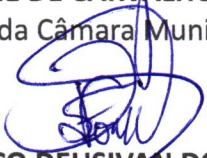
**Parágrafo único** – Em observância à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), a fim de prevenir riscos e corrigir desvios que possam afetar o equilíbrio das contas públicas, o auxílio-alimentação poderá, a qualquer tempo, ser revisto e cancelado pelo Legislativo Municipal, mediante lei de iniciativa da Mesa Diretora da Câmara Municipal.

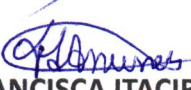
**Art. 6º** – As despesas decorrentes da execução desta Lei serão atendidas por conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente, podendo ser suplementadas, se necessário.


**Art. 7º** – Esta Lei entrara em vigor no ano subsequente da sua publicação, ou seja, no mês de janeiro de 2026.

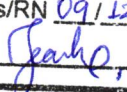
**Art. 8º** – Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.897/2023, que institui o benefício auxílio-alimentação, de natureza indenizatória e das outras providências.


  
**JAIME DE CARVALHO COSTA NETO**  
Presidente da Câmara Municipal de Pau dos Ferros

  
**FRANCISCO DEUSIVAN DOS SANTOS NASARIO**  
Vice-Presidente

  
**FRANCISCA ITACIRA AIRES NUNES**  
1ª Secretária

  
**ALANY SAMUEL LOPES DE FREITAS**  
2º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS	
LEGISLATURA	SESSÃO LEGISLATIVA
SESSÃO ORDINÁRIA	
<input checked="" type="checkbox"/> APROVADO	<input type="checkbox"/> REPROVADO
Pau dos Ferros/RN 09/12/2025	
	

CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS-RN	
RECEBIDO EM: 05/12/2025	
HORA: 19:52	
	



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

**JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei tem por finalidade instituir o auxílio-alimentação, correspondente a 20% (vinte por cento) da remuneração bruta, para os servidores efetivos, comissionados e contratados da Câmara Municipal de Pau dos Ferros/RN, como instrumento de valorização profissional, de incentivo à produtividade e de promoção do bem-estar organizacional.

A adoção do auxílio-alimentação encontra respaldo nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da eficiência administrativa e da valorização do servidor público, todos previstos na Constituição Federal. A garantia de condições dignas de subsistência e de trabalho adequado é premissa essencial para que o servidor desempenhe suas funções com qualidade, zelo e compromisso com o interesse público.

Em diversos órgãos da administração pública municipal, estadual e federal, o auxílio-alimentação já é realidade consolidada, sendo prática administrativa reconhecidamente eficaz no estímulo à motivação funcional. A implantação do benefício nesta Casa Legislativa contribui para o alinhamento institucional às melhores práticas de gestão de pessoas, reforçando a igualdade e a competitividade da Câmara na atração e manutenção de servidores qualificados.

Cumprе ressaltar que o percentual de 20% da remuneração bruta foi definido de forma criteriosa, buscando-se equilíbrio entre a valorização do servidor e a responsabilidade fiscal da Casa. O impacto financeiro decorrente da medida é plenamente suportável, considerando-se a atual previsão orçamentária e a possibilidade de adequação dos gastos dentro do limite legal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente no tocante às despesas com pessoal do Poder Legislativo.

Além disso, o auxílio-alimentação não possui natureza salarial, não se incorpora à remuneração e não representa aumento de vencimentos, razão pela qual preserva a sustentabilidade financeira da instituição e atende às orientações dos Tribunais de Contas quanto à criação de benefícios indenizatórios.

A implementação do benefício também repercute positivamente na qualidade do serviço público prestado, uma vez que servidores mais valorizados, saudáveis e motivados desempenham suas atribuições com maior dedicação e eficiência, resultando no fortalecimento da atuação parlamentar e no melhor atendimento à população de Pau dos Ferros.

Diante do exposto, evidencia-se que a presente proposição é necessária, justa e oportunamente adequada, razão pela qual submeto o Projeto de Lei à apreciação dos nobres vereadores, confiando na sua aprovação pelo plenário desta Casa Legislativa.





PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

OS(AS) VEREADORES (AS) ABAIXO SUBSCREVEM O PROJETO LEI Nº - Nº 2374/2025, DE AUTORIA DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO E CORREÇÃO DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

  
**DOMICIANA MARILAC DE OLIVEIRA LOPES**

Vereadora Domiciana

  
**FRANCISCO JOSÉ FERNANDES DE AQUINO**

Vereador Gordo Do Bar

  
**FRANCISCO DE ASSIS MONTEIRO**

Vereador Sargento Monteiro

  
**FRANCISCO GUTEMBERGUE BESSA DE ASSIS**

Vereador Gugu Bessa

  
**JOSEFA ALDACEIA CHAGAS DE OLIVEIRA**

Vereadora Professora Aldacea

  
**JOSE ALVES BENTO**

Vereador Galego Do Alho

  
**JOSÉ GILSON RÊGO GONÇALVES**

Vereador Gilson Rêgo

  
**KARIGINA DAYANA MAIA COSTA**

Vereadora Karigina Maia

  
**REGINALDO ALVES DA SILVA**

Vereador Reginaldo Alves



conectada  
com o  
POVO

# CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS

Rua Pedro Velho, 1291, Centro  
Fone: (84) 3351-2904  
camarapaudosferros.rn.gov.br

SESSÃO:	38ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2025		
MATÉRIA:	PROJETO DE LEI		
INSTITUIÇÃO:	CÂMARA MUNICIPAL	NÚMERO:	2374/2025
PROPOSITOR:	MESA DIRETORA	DATA:	09/12/2025
PRES. SESSÃO:	JAIME DE CARVALHO	HORA:	13:37:02
TIPO VOTAÇÃO:	VOTO DOIS TERÇOS	PRESENTES:	13

VEREADOR	PARTIDO	PRESENÇA	VOTO
JAIME DE CARVALHO	PSD	PRESENTE	AUS
FRANCISCO DEUSIVAN	PSD	PRESENTE	SIM
BOLINHA AIRES	PSD	PRESENTE	SIM
ALANY SAMUEL	UNIAO	PRESENTE	SIM
DOMICIANA LOPES	PP	PRESENTE	SIM
GALEGO DO ALHO	PSD	PRESENTE	SIM
GILSON RÊGO	PSDB	PRESENTE	SIM
GUGU BESSA	PSD	PRESENTE	SIM
KARIGINA MAIA	PSD	PRESENTE	SIM
PROFESSORA ALDACEIA	PT	PRESENTE	SIM
GORDO DO BAR	PSDB	PRESENTE	SIM
REGINALDO ALVES	PP	PRESENTE	SIM
SARGENTO MONTEIRO	UNIAO	PRESENTE	SIM

**Ementa:** DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO E CORREÇÃO DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

APROVADO		SIM	12
TURNO:	TURNO ÚNICO	NÃO	0
TRÂMITE:	TURNO ÚNICO	ABS	0

Ass.: JAIME DE CARVALHO  
PRESIDENTE DA SESSÃO